

Acessibilidade como um campo transdisciplinar de estágio: práticas disruptivas e inventivas na formação universitária

Patrícia Muccini¹

ORCID: 0000-0003-3743-3304

Resumo

Ao longo de uma jornada profissional voltada à participação com pertencimento de estudantes com deficiência no acesso e permanência à educação superior, foi possível mapear algumas linhas que direcionam para agenciamentos pedagógicos que contribuem para tensionar com a cultura capacitista presente na estrutura dessas instituições. Com esse mote, proponho, por meio dessa narrativa teórico-prática, uma reflexão sobre a atuação de estudantes que realizam estágios na área da acessibilidade nas Instituições de Ensino Superior. Com o intuito de problematizar questões em torno dessa atividade prático-formativa, considero que, para além de um procedimento de acessibilidade, tal atividade pode se configurar como um dispositivo anticapacitista devido ao seu impacto na promoção de acessibilidade institucional e na formação acadêmica e profissional de estudantes. Entendendo a acessibilidade como um campo transversal de formação e atuação, e tendo como arcabouço teórico os referenciais epistemológicos pós-estruturalistas agenciados às contribuições conceituais de intelectuais, pesquisadoras(es) e artistas com deficiência, apresento uma análise acerca das atividades prático-formativas que constituem o *estágio em acessibilidade*. Por meio dos registros das atividades que compõem as orientações e supervisões de estágio, foram cartografadas algumas das reverberações desse trabalho realizado com estudantes com e sem deficiência, oriundos de diferentes áreas do conhecimento. Para tanto, compartilho algumas experiências e reflexões, destacando esse dispositivo tanto para a eliminação de barreiras institucionais quanto para a construção de uma práxis ética, crítica e acessível.

Palavras-chave

Deficiência – Ensino superior – Acessibilidade – Formação universitária – Estágio em acessibilidade.

1 - Universidade Federal de Santa Catarina; Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Contato: patricia.muccini@ufsc.br



<https://doi.org/10.1590/S1678-4634202551282550por>
This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY 4.0.



Accessibility as a transdisciplinary field of internship: disruptive and inventive practices in university education

Abstract

Throughout a professional journey focused on fostering the inclusion and belonging of students with disabilities in higher education, it was possible to map out certain guidelines that lead to pedagogical strategies aimed at challenging the ableist culture embedded in these institutions. With this focus, I propose, through this theoretical-practical narrative, a reflection on the work of students undertaking internships in the field of accessibility at Higher Education Institutions. Aiming to problematize issues surrounding this practical-formative activity, I consider that, beyond a mere accessibility procedure, such activity can function as an anti-ableist mechanism due to its impact on promoting institutional accessibility and on the academic and professional development of students. Viewing accessibility as a cross-cutting field of training and practice, and drawing on post-structuralist epistemological frameworks coupled with the conceptual contributions of intellectuals, researchers, and artists with disabilities, I present an analysis of the practical-formative activities that constitute internships in accessibility. Through the records of activities that include internship guidance and supervision, I mapped out some of the reverberations of this work carried out with students both with and without disabilities, from various fields of knowledge. To this end, I share some experiences and reflections, highlighting this mechanism as both a means of eliminating institutional barriers and constructing an ethical, critical, and accessible praxis.

Keywords

Disability – Higher education – Accessibility – University education – Accessibility internship.

Introdução

Com o intuito de partilhar reflexões acerca dos modos de se fazer acessibilidade no ensino superior, apresento uma proposta inventiva que se mostrou um potente dispositivo para a formação acadêmica anticapacitista, quando incorporada à atividade prático-formativa, nomeada no território acadêmico como estágio. Refiro-me ao *estágio em acessibilidade*² que a partir de uma problemática contingencial – a saber: o fomento ao ingresso de estudantes com deficiência no ensino superior por meio das políticas educacionais –, configurou-se em um dispositivo de promoção de acessibilidade institucional, uma vez que nessa modalidade de estágio foram criados e experienciados

2- Destaco o termo por meio do recurso itálico com a intenção de frisá-lo como uma categoria possível de estágio acadêmico.

modos outros de pensar a eliminação de barreiras presentes no percurso acadêmico de estudantes com deficiência.

Para conduzir esse diálogo, proponho, por meio de um estudo cartográfico, o compartilhamento de experiências vivenciadas no desenvolvimento de atividades de *estágio em acessibilidade* na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Essa narrativa é impulsionada por dois fenômenos que ocorreram no decurso dessa prática, entre o período de 2013 a 2021. Primeiramente, o efeito transformador manifestado por estudantes que realizaram o *estágio em acessibilidade*, desempenhando diferentes atividades, em contextos acadêmicos diversos; e, em contraste, a refusa manifestada por parte de docentes e técnicas(os) que participaram de atividades que viabilizam e regulamentam o estágio acadêmico, colocando-se de modo resistente a essa proposta transdisciplinar de estágio. Sobre esta última, o argumento utilizado foi a incompatibilidade do *estágio em acessibilidade* com certas áreas do conhecimento ou, ainda, com os propósitos da formação acadêmica.

O exercício reflexivo sobre o acompanhamento desses processos foi desenvolvido por meio de uma cartografia que entrelaça narrativas múltiplas, composta por estudantes dos cursos de graduação e pós-graduação (com e sem deficiência) e por profissionais das carreiras técnica e docente, que atuaram na elaboração e na realização do *estágio em acessibilidade*, pautando-se, conforme Passos e Barros (2009), em um saber que emerge do fazer.

Os materiais que serviram de fonte para esse estudo compreendem: os registros das atividades de estágio feitos pelas(os) estudantes e entregue às supervisoras, os registros das reuniões de orientação e supervisão que ocorreram de modo coletivo (ora semanal, ora quinzenalmente) das atividades complementares de formação que compunham o período de orientação de estágio, e as memórias de atuação nesses processos. As memórias a que me refiro são os acontecimentos que afetam e que reverberam de modo atual em nossos fazeres. Como relata a professora e pesquisadora Suely Rolnik (1993, p. 243).

A memória neste plano é memória de marcas, ovos sempre atuais, sempre potencialmente geradores de novas linhas de tempo. Uma memória que se faz em nosso corpo, não em seu estado visível e orgânico, mas sim em seu estado invisível, onde o corpo integra aquela textura [...] que se compõe das misturas dos mais variados fluxos, de onde se produzem as diferenças que engendram os devires, devires da própria textura.

Embora as experiências aqui compartilhadas sejam circunscritas à UFSC, acredito que tenham linhas de conexão com outras universidades, já que a estrutura no que diz respeito à atividade de estágio é comum a essas instituições, assim como o ingresso de pessoas com deficiência nos cursos de graduação e pós-graduação. Sendo assim, colocar no debate o estágio em acessibilidade como objeto de análise, significa, ao meu ver, fomentar a institucionalização dessa atividade formativa que se apresenta como um dispositivo profícuo para a ruptura com a cultura capacitista presente nas Instituições de Ensino Superior (IES).

Para pensar criticamente as problematizações apresentadas neste estudo, dialogo com pensadoras(es), pesquisadoras(es) e artistas que têm como mote criar modos outros de



pensar, distanciando-se do pensamento normativo, utilizando-se da inventividade como um exercício ético, estético e político.

Modos do capacitismo operar

Com a implementação das políticas educacionais voltadas à inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior, por meio do Programa Incluir³ (Brasil, 2013), a criação de ações para dar conta desse propósito se intensificou – tanto para o acesso quanto para a permanência na universidade. Nesse fluxo, foi dada uma certa visibilidade aos estudantes com deficiência, com o status de integrantes pertencentes à comunidade acadêmica, e a temática acessibilidade se tornou pauta nas agendas dos setores das IES.

Contudo, essas ações, por vezes, se mantiveram apartadas dos mecanismos que engendram os fazeres acadêmicos, como, por exemplo: contratação de tradutores e intérpretes de Libras/Português apenas para viabilizar a comunicação das(os) estudantes ou das(os) professoras(es) surdas(os) sinalizantes em disciplinas e atividades específicas; realização de descrição de imagens e audiodescrição unicamente nos materiais em que há algum estudante com cegueira identificado; e solicitação de produção de obras para o formato digital acessível somente após o ingresso das(os) estudante(s) com deficiência nos cursos.

Esses modos de operar que persistem nas práticas institucionais correspondem a uma lógica de resolução de demandas extraordinárias, não garantindo que a acessibilidade seja incorporada e, ao mesmo tempo, reforçando que modos de funcionamento institucional não se alterem. Ou seja, sem que ocorra transformação estrutural, reiterando o lugar de Corpo Intruso às pessoas com deficiência, conforme conceito criado pela artista DEF⁴ Estela Laponi⁵ (2023, p. 94):

Tudo que não está convidado,
Que está fora de contexto,
Te tira do centro,
Desarticula o cotidiano,
Não nos damos conta,
Pode causar atração e temor,
É estranho,
É «feio»,
É frágil,
No entanto pode ser:
Alegre, indigesto e ter certo humor...
Eu nomeio: Corpo Intruso

3- Programa de Acessibilidade na Educação Superior, criado em 2005 por meio de chamadas públicas e contemplando, a partir de 2012, todas as Instituições Federais de Educação Superior, com o objetivo de orientar a institucionalização da Política de Acessibilidade nessas instituições (Brasil, 2013).

4- Gíria criada pela artista, pesquisadora e doutora em artes cênicas Carolina Teixeira e aderida fortemente por várias(os) artistas com deficiência, com o intuito de contrapor a sigla PCD (Pessoa com Deficiência).

5- Estela Laponi é *performer* e videoartista paulistana, desenvolve suas investigações artísticas e criações poéticas sobre o corpo com deficiência, tensionando com a estrutura capacitista.



O lugar de Corpo Intruso que é destinado às(aos) estudantes com deficiência, materializado no modo de implementação das ações nas IES, ao manter uma atmosfera de “novidade” quando se trata da presença de pessoas com deficiência no cotidiano institucional, é uma das formas mais comuns do capacitismo. Essa prática de forjar um acontecimento como se este não estivesse na ordinariedade acadêmica pode se tornar um mecanismo eficaz para manter os processos excludentes que regem o funcionamento universitário.

O fazer acessível não se trata de eventos específicos às pessoas com deficiência, mas de pensar, planejar, elaborar e executar ações propostas para a recepção dos diferentes corpos, das diferentes existências e participações no mundo. Tal fazer se torna múltiplo, ocasionando desdobramentos que transbordam e se descolam dos parâmetros normativos.

Imaginar um cenário acessível nas IES é essencial para o planejamento e implementação das ações que objetivam a *acessibilidade institucional* – e aqui destaco mais um termo de forma deliberada para apresentar outro ponto de partida, ou seja, a acessibilidade não é aqui nomeada como *para as pessoas com deficiência*, mas *para a instituição*. Não estou negando que as pessoas com deficiência demandam acessibilidade, mas ressalto que esse não deve ser o ponto de partida; a demanda já está dada, uma vez que temos conhecimento, através do Modelo Social da Deficiência, de que a deficiência é uma característica inerente à condição humana (Diniz, 2012), e como nos lembra Mello (2020, p. 99), “[...] uma questão da esfera pública do Estado e da sociedade”. Logo, as IES que têm como público-alvo os seres humanos, devem estar abertas e implicadas a acolher a diversidade que as constituem.

Nessa nova cartografia, a contratação de tradutores e intérpretes de Libras/Português, a realização de descrição de imagens e audiodescrição e a aquisição e produção para o formato digital acessível de obras utilizadas no percurso formativo estão previstas no planejamento institucional para que toda a comunidade acadêmica, independentemente de seu perfil corporal, funcional e sensorial, possa acessar de forma equitativa. Esse alargamento dos modos de funcionamento universitário exige mudanças que vão para além de disponibilizar os espaços e os serviços institucionais. O movimento para a efetivação da cultura acessível requer uma ruptura com o pensamento normativo.

Como uma forma possível de impulsionar essa onda mutacional, destaco a atividade de estágio inserida nas ações de acessibilidade (a ser realizada por estudantes com e sem deficiência) como um potente dispositivo anticapacitista, uma vez que é oportunizada uma experiência prático-reflexiva acerca da condição de deficiência e do princípio de acessibilidade a estudantes em formação, que poderão se tornar profissionais sob uma perspectiva acessível desde o princípio de suas atuações, ressoando na transformação das IES.

Tal potencial se apresenta, nos agenciamentos entre estudantes oriundos de diferentes áreas do conhecimento. Nessas experiências que envolvem o convívio entre esses corpos e a realização dos fazeres acadêmicos com criticidade, são instauradas problematizações sobre a lógica que rege o pensamento normativo e as práticas capacitistas. Os imperativos dualistas normal *versus* anormal e capacidade *versus* incapacidade são tensionados, visto que na interação entre esses estudantes são vivenciados modos outros de pensar, perceber e agir, abrindo, como afirma Cunha (2022, p. 29), “o primado da multiplicidade como contraponto ao binarismo estrutural”.



Essas atividades, sustentadas por uma abordagem formativa, se referem tanto à elaboração de procedimentos quanto à atuação, como dispositivos, junto às pessoas com deficiência, provocando movimentos que nomeio de *efeito transformador*, referindo-me à experiência que altera os modos de pensar e provoca mutações no modo de agir, como propõe o filósofo Michel Foucault (2010).

Acessibilidade e transdisciplinaridade como prática formativa

Inicialmente, o *estágio em acessibilidade* representou, entre integrantes do corpo docente e técnico, uma medida assistencialista e paliativa para que estudantes com deficiência pudessem realizar sua formação. Apesar desse modo equivocado de interpretar a atividade formativa, o *estágio em acessibilidade* foi institucionalizado e inserido na resolução normativa que regulamenta os estágios curriculares dos cursos de graduação, conforme publicação da UFSC (2016, p. 1): “A Pró-Reitoria de Graduação deverá reservar dez por cento do total de bolsas de estágio para alunos com deficiência e 10 por cento para estudantes que atuem diretamente na promoção da acessibilidade de estudantes com deficiência [...]”, garantindo assim, um percentual das vagas de estágio para essa atividade prático-formativa, caracterizando um desvio importante para uma trajetória institucional anticapacitista.

No entanto, as medidas regulatórias não têm sido suficientes para uma mudança no modo de pensar a presença de pessoas com deficiência na universidade, uma vez que a estrutura acadêmica se mantém ancorada no pensamento normativo. Assim, as atividades dessa modalidade de estágio ficam circunscritas a campos do conhecimento específicos, a saber: saúde/reabilitação e educação/educação especial/inclusiva – com algumas exceções, que surgiram por meio de projetos de extensão e de pesquisas. Desse modo, a temática acessibilidade não é incorporada transversalmente nos currículos, mantém-se circunscrita a algumas áreas de formação, “liberando” as demais do debate e, por conseguinte, da implicação nas práticas anticapacitistas.

Na prática é possível perceber a resistência de algumas áreas do conhecimento em compreender como a acessibilidade lhe diz respeito. Mas por que promover estágio transdisciplinar em acessibilidade nas IES? Porque entrar em uma outra ambiência para experienciar as práticas anticapacitistas independe do campo de atuação, pois a acessibilidade não é prática exclusiva de determinadas profissões e/ou campos específicos do conhecimento. Para sustentar o argumento, ancore-me no modo de compreensão de Foucault acerca do exercício crítico do pensamento (2010, p. 357).

Se não houve, na base, o trabalho do pensamento sobre si mesmo e se efetivamente os modos de pensamento, quer dizer, os modos de ação, não foram modificados, qualquer que seja o projeto de reforma, sabemos que vai ser fagocitado, digerido pelos modos de comportamentos e de instituições que serão sempre os mesmos.



A atuação direta na promoção de *acessibilidade institucional* é comumente localizada dentro dos núcleos/setores de acessibilidade que se incumbem da elaboração e da organização dos instrumentos para eliminar as barreiras presentes na estrutura institucional que impedem a efetiva participação das(os) estudantes com deficiência. Metodologicamente, essa atuação deriva do acompanhamento da trajetória desses estudantes – em uma interação dialógica entre estudantes, docentes e equipe técnica – para o mapeamento de possíveis barreiras arquitetônicas, comunicacionais e/ou metodológicas e na criação e disponibilização de facilitadores⁶. Outra atuação preponderante para a permanência com qualidade das(os) estudantes com deficiência são as bibliotecas universitárias que desenvolvem dispositivos com base em um trabalho em rede para a eliminação das barreiras informacionais, possibilitando o acesso ao material didático-pedagógico indispensável à apreensão do conhecimento.

Com esse breve panorama que compõe um escopo possível de atuação nas IES para a promoção de *acessibilidade institucional*, convido as(os) leitoras(es) a iniciar um exercício imagético-reflexivo sobre esse campo transdisciplinar de estágio e suas contribuições na formação acadêmica e profissional de estudantes com e sem deficiência.

Pois de um lado está o estudante com deficiência, que durante as atividades de *estágio*, se relaciona com diferentes estruturas e áreas, legitimando seu potencial e desestruturando o ideal corponormativo que opera na crença de incapacidade aos corpos dissidentes (Mello, 2016, 2020). Do outro está o estudante sem deficiência, que toma contato com a temática da acessibilidade e insere no seu cotidiano conhecimentos teóricos e práticos que impactam sua percepção sobre os corpos possíveis de existir, ampliando seu campo de ações enquanto futuro profissional.

Contudo, mesmo com o intuito de apresentar a potência do *estágio em acessibilidade* como dispositivo anticapacitista, gostaria de frisar que, ao meu ver, o efeito disruptivo dependerá de como essa prática formativa será desenvolvida, isto é, sob qual abordagem será concebida. Pois se as IES institucionalizarem essa categoria de estágio à luz do pensamento normativo, o dispositivo perderá sua potência, tornando-se mais um mecanismo pró-forma que dará o título de “acessível” às universidades, sem que essas de fato o sejam. Nesse sentido, manter a vigilância permanentemente no jogo de disputa entre as forças normativas e anticapacitistas configura-se em um elemento fundamental.

Para isso, uma das dobras possíveis é a temática acessibilidade atravessar a fronteira entre as áreas do conhecimento, ampliando o debate e instaurando problematizações que fissuram os modos normativos que se mantiveram inquestionáveis, naturalizando concepções discriminatórias. Assim, a busca por meio do estágio como dispositivo anticapacitista prevê tensionar essa relação fronteiriça que se constituiu sobre o corpo com deficiência, adentrando as diversas áreas do conhecimento e pondo em debate as perspectivas que se mesclam no entrelaçamento que se instaura durante o estágio. Ou seja, como expressa Kastrup (2001, p. 18), “a aprendizagem começa quando não reconhecemos, mas, ao contrário, estranhamos, problematizamos”.

6 – Facilitadores, segundo a Organização Mundial de Saúde (2003), são fatores ambientais que, por meio da sua ausência ou presença, melhoram a funcionalidade e reduzem os impedimentos de participação de uma pessoa.



É no hibridismo das áreas do conhecimento que se criam conceitos, técnicas e procedimentos robustamente anticapacitistas. Essa potência é constituída pelos diversos fluxos que se entrecruzam nas atividades de *estágio em acessibilidade*, seja a partir do desejo pelo saber que se instaura no período da formação acadêmica ou pela interação com diversos estudantes com deficiência que também se encontram nesse fluxo. É onde se dão as inesperadas identificações entre estudantes e, por meio dessa experiência, se estabelecem acontecimentos que reverberam dentro e fora das atividades de estágio.

A transversalidade é a principal característica da acessibilidade. Isso significa dizer que se trata de uma área que não se realiza em si mesma, pois é na articulação com o campo e contexto que ela acontece, se desenvolve e se efetiva. O caráter transdisciplinar é sua base, pois é em diálogo com os outros campos teóricos e práticos que é possível promover mudanças culturais e, portanto, estruturais. E ainda, em uma concepção guattariana, a transdisciplinaridade se contrapõe ao modelo hierárquico de construção do conhecimento, por se constituir nos agenciamentos onde há uma escuta interessada nas falas das diferentes pessoas e grupos, respeitando as especificidades e recusando a operar na representação universal de um determinado saber (Deleuze, 2010). Desse modo, não há campo que não possa ser atravessado por ela (a acessibilidade), basta identificar narrativas e práticas restritivas e excludentes que o processo se inicia para pensar modos de ampliação.

A Transdisciplinaridade é uma área de conhecimento que se dirige para uma visão de integração de diferentes campos de conhecimentos para uma formação que trabalha simultaneamente unidade e complexidade. No que concerne à educação, o pensamento transdisciplinar dirige-se diretamente para os desafios vivenciados na contemporaneidade em relação à sustentabilidade, aos direitos humanos e à formação integral com ênfase nas capacidades propositivas e criativas do sujeito – cidadão. (Rosenthal, 2012, p. 2).

Logo, é no encontro entre áreas do conhecimento, no compartilhamento dos fazeres e nas problematizações que são criadas pelo entrecruzamento de modos de compreender e atuar que se dá a ruptura com um problema sistêmico. Ou seja, na construção conjunta do conhecimento no próprio processo. Nesse trânsito de ideias, desencadeadas no percurso formativo, as transformações práticas vão se delineando.

Se no início do processo de acessibilização das IES se tinha a ideia de que vincular estudantes às ações de acessibilidade era uma estratégia paliativa e provisória, que ocorria por falta de profissionais para desenvolver essas ações, ao longo dos anos ficou evidente o impacto na formação dos estudantes que passaram pelo *estágio em acessibilidade*, apontando aí um novo e importante campo teórico-prático para a formação acadêmica e, consequentemente, para realizar mudanças na estrutura social.

Desse modo, essa atividade prático-formativa se torna um dispositivo multidimensional, tensionando com modelos rígidos de pensamento advindos dos conhecimentos normativos. As transformações surgem nas relações entre pessoas com e sem deficiência (estudantes, técnicas(os) e docentes) durante as atividades e nos encontros de orientação e de supervisão. No entrelaçamento desses múltiplos processos são instauradas as problematizações sobre



os próprios fazeres e suscitada a aprendizagem inventiva (Kastrup, 2001), flexível, aberta e situada de novas tecnologias, desprendendo-se da tutela das técnicas hegemônicas.

Experiências formativas

De acordo com um estudo realizado por servidoras da instituição aqui tratada, Pereira *et al.* (2020) relatam que a Universidade Federal de Santa Catarina desenvolve ações para promover a participação de pessoas com deficiência desde o ano de 1986, envolvendo diferentes departamentos, centros de ensino e unidades destinadas à educação básica, ao ensino superior e à administração universitária. São ações que perpassam o território da universidade nas suas diferentes dimensões, como o trabalho de pesquisa por meio dos grupos/núcleos de pós-graduação, a criação de curso de graduação (a exemplo do bacharelado e da licenciatura em Letras Libras) e até o suporte no trabalho administrativo para a atuação de servidoras(es) com deficiência ingressantes na carreira docente e técnica.

Esses dados são compartilhados aqui não para evocar que a estrutura institucional é acessível, mas como um modo de constatação: a) dos movimentos que dão fluxo aos agenciamentos frente às práticas capacitistas, b) da contiguidade do tema nos diferentes contextos institucionais e c) da presença de pessoas com deficiência como uma ordinariade no cotidiano desta instituição.

Com a institucionalização do *estágio em acessibilidade*, diferentes unidades acadêmicas passaram a receber estagiárias(os) e se aproximar da temática: desde as unidades de educação básica⁷, como o Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI) e o Colégio de Aplicação (CA); passando por centros de ensino, em alguns cursos de graduação e pós-graduação em que haviam matriculadas(os) estudantes com deficiência; e ainda nos grupos de pesquisa, nos setores e nos projetos institucionais que promovem ações voltadas ao acesso e permanência desses estudantes.

A partir da abertura de vagas de *estágio em acessibilidade*, estudantes de diferentes áreas do conhecimento manifestaram interesse por essa experiência – fato que ampliou as possibilidades de atividades a serem desenvolvidas em vários espaços da universidade e, em alguns casos, possibilitando a transdisciplinaridade no mesmo campo de estágio, onde o encontro entre estudantes de diferentes áreas de formação compartilharam fazeres e saberes.

Um desses espaços, a Coordenadoria de Acessibilidade Educacional (CAE) – setor criado em 2013 (UFSC, 2013), vinculado à reitoria e articulado mais fortemente à Pró-Reitoria de Graduação, por conta do cruzamento dos fluxos entre os cursos de graduação, onde se concentra o maior número de estudantes com deficiência –, tornou-se uma grande receptora do *estágio em acessibilidade*. Estudantes dos cursos de Design, Letras, Administração, Relações Internacionais, Agronomia, Arquivologia, Antropologia, Filosofia, Fonoaudiologia, Pedagogia e Psicologia, entre os anos de 2013 a 2015, realizaram

7- Nas unidades da educação básica, especificamente NDI e CA, as atividades de estágio em acessibilidade majoritariamente estão concentradas nos acompanhamentos das crianças e jovens com deficiência, durante às aulas e atividades escolares. A atuação, em tese, está sob a orientação das(os) professoras(es) de sala e/ou das(os) profissionais dos serviços pedagógicos dessas unidades.



estágio em acessibilidade desempenhando múltiplas atividades, interagindo diretamente com estudantes com deficiência.

Nesse período, as atuações eram organizadas de acordo com demanda específica e compatibilidade de horário entre as atividades. Na prática, eram identificadas as demandas semestrais: acompanhamento na locomoção (condução da cadeira de rodas, por exemplo), acompanhamento em sala para transcrição e/ou registro da aula, digitação de atividades acadêmicas e/ou auxílio no uso de tecnologias assistivas (como linha Braille, colmeia de teclado, mouse adaptado, etc.), leitura de materiais acadêmicos (textos diversos que não estavam disponíveis no formato acessível), entre inúmeras outras atividades⁸.

Demandas como as acima citadas eram identificadas no encontro das profissionais atuantes na CAE com as(os) estudantes com deficiência e também nas atuações das(os) estagiárias(os). Nessas conversas, que ocorriam já no ingresso na universidade ou durante o percurso acadêmico, eram mapeadas as técnicas e procedimentos que viabilizariam a participação de cada estudante.

Importante destacar que, embora já houvesse conhecimento prévio de diversas técnicas e procedimentos, muitos outros eram criados, à medida que as peculiaridades da exigência acadêmica e das características das(os) estudantes eram percebidas. Para isso, havia uma “escuta atenta”, no sentido proposto por Machado (2015), para identificar tais peculiaridades, tanto no momento do encontro com estudantes que receberiam o suporte de acessibilidade quanto nos encontros com aquelas(es) que provieram deste suporte, por meio das supervisões, orientações e formações.

Aqui, destaco o potencial de criação que emergiu desses encontros. A multiplicidade de saberes e de características físicas e sensoriais engendrou-se para dar fluxo às atividades e reverberou em reflexões pessoais e profissionais entre todas as pessoas envolvidas nesse processo (profissionais e estudantes com e sem deficiência).

Ao ler os inúmeros documentos de registros das atividades de estágio, as informações foram se embaralhando, ecoando e emergindo em forma de imagens que quero compartilhar neste ensaio. Faço uma pequena e respeitosa provocação estética, com trechos de falas, palavras e expressões que emergiram das conversas durante os encontros de orientação e de supervisão, e outras que foram retiradas dos relatórios semestrais e dos registros de atuação semanais.

Sem a intenção de explicar, mas de sugerir uma experiência com a leitura, ofereço um experimento no qual apresento um embaralhar não só das narrativas, mas também, e sobretudo, da leitura das palavras, provocando uma ruptura na linearidade da interpretação e propondo a descontinuidade como técnica de leitura⁹. Ao tentar desorganizar a versão normalizada de um texto, convido cada leitora(o) a mobilizar sua percepção estética, para se aproximar sensorialmente da potência e do desafio dessa modalidade de atuação.

8- A diversidade de demandas advinha das especificidades das atividades de cada curso (aulas expositivas, atividades em laboratório, com meios tecnológicos, de leitura, de observação de campo etc.) e as características físicas e sensoriais de cada estudante que perpassa desde a comunicação - por leitura labial, Libras, Libras tátil, escrita ampliada - ao uso de próteses diversas para locomoção e/ou atividades de leitura e escrita. Cada especificidade era também entrelaçada às preferências de cada estudante, a saber, por exemplo: uso de leitor humano ou tecnológico.

9- Cabe mencionar que o embaralhamento proposto é provocado apenas pela leitura visual. A leitura deste texto realizado por meio de software leitor de tela poderá não produzir o mesmo efeito, uma vez que será feita sem demarcar a distinção das alterações dos caracteres realizada.



Figura 1- experiência com a leitura**

visão errônea sobre as pessoas com deficiências - dignas de **PENA** e comoção - termo de deficiente **PEJORATIVO**- **esconder** as deficiências - incessante reivindicação por nossos direitos - o **ambiente** é o principal fator para se **personificar uma deficiência** - não estamos fazendo um favor para essas pessoas - **o ambiente é normatizado** - essa normatização fere todas as pessoas - **o corpo e as capacidades - PARTICULARIDADES** nossas são normatizadas - nossa **forma de estar no mundo** seja apagada e **SILENCIADA** - ser mais **atuante** dentro de um movimento **político**- promova **discussões**, palestras e eventos sobre o tema que interaja com toda a **COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA** - é **difícil** proporcionar tudo o que deveria ser proporcionado - **conhecer** os obstáculos dessas pessoas - acessibilidade era muito mais no **sentido** de facilitar a integração - organizar meios que sejam equivalentes às limitações do indivíduo - **não forçá-lo a maiores desafios** - minha visão sobre limitações - diversidades dos **trajetos** trilhados - Contando com auxílios básicos - sendo eles os transformadores - **agentes passivos do processo**- os projetos realizados **são moldados** de acordo com a cada aluno - o que se torna muito específico e também ágil - **criar** condições e mudar estruturas - ~~acesso ao conhecimento e aos processos de ensino aprendizagem~~ - são pessoas com características diferentes das esperadas pelo meio social, devido ao padrão as estratégias não devem ser como receitas prontas para a acessibilidade - a partir da **singularidade** de cada estudante envolvido/a no processo - **Estar convivendo com pessoas com deficiência** - estar inserida no desenvolvimento da acessibilidade - diferente de estar **dentro de sala de aula teorizando** - sobre questões das quais nunca me senti parte - nunca tive um **contato** tão direto - as relações das pessoas com deficiências - num âmbito mais profundamente **afetivo** familiares, amigos/as e relacionamentos amorosos **refletem** - como o **sujeito percebe e lida**- com a própria deficiência - limites para as atuações - perceber qual demanda é minha e **parte das minhas ideologias** - qual **demanda é realmente da pessoa com a qual atuo** - que trabalhem temas emergentes sobre a deficiência - o **esclarecimento das funções dos/as bolsistas, com detalhes** - uma reunião de apresentação dos/as estudantes e dos/as bolsistas, **antes de o estágio iniciar** - Considero de extrema importância que **as reuniões de supervisão iniciam antes da atuação** - uma **reunião de apresentação** dos/as estudantes e dos/as bolsistas, antes de o **estágio** iniciar - o conhecimento que eu tinha sobre o assunto foi melhor visto na **prática** percebia que a grande dificuldade do estudante em fazer alguma atividade/tarefa - muitas vezes não veem o estudante com deficiência **capaz** de realizar as tarefas já vem com uma ideia de "coitado"; **ELA NÃO SABE FAZER** - condições para o aprendizado garantidos - gostei muito das **supervisões**, acredito que sem ela eu teria **desistido** de - acompanhar uma estudante em **particular**.

Fonte: Elaboração da autora.

Nesse amontoado de problematizações, nem todas entendidas, sanadas, respondidas, emergiram movimentos pessoais e coletivos anticapacitistas. Uma rede de discursos que compõem linhas de forças, uma “multilinearidade” (Deleuze, 1996) com intensidades distintas que emergiram das contingências provenientes do cotidiano de estágio.

Outra experiência formativa cartografada se deu na Biblioteca Universitária, onde também há estudantes de diferentes cursos de graduação realizando o *estágio em acessibilidade*. Por se tratar de uma unidade de informação, as atividades de estágio são voltadas principalmente à acessibilidade informacional, cuja demanda maior, conforme exposto em Muccini, Kloppel e Andrade (2023), está na produção de acervo acessível.

Nessa experiência surgiu outra dobra do estágio *em acessibilidade*: a criação do projeto de Orientação Coletiva, que consistiu em uma proposta de aprendizagem participativa sobre práticas acessíveis. Esse projeto ocorreu no segundo semestre do

** Devido a limitações tecnológicas nos softwares de edição do texto, não foi possível inserir o texto alternativo da imagem na íntegra. No entanto, a descrição da imagem em formato acessível pode ser disponibilizada via contato com a autora pelo e-mail patricia.muccini@ufsc.br



ano de 2021, durante a pandemia de Covid-19, quando as atividades estavam sendo desenvolvidas remotamente. Eram encontros quinzenais com o grupo de estudantes e técnicas que constituíam a equipe, para discussões teórico-práticas acerca da temática acessibilidade. Ao total foram seis encontros, nos quais foram abordados os seguintes temas: barreiras e facilitadores, barreiras atitudinais, lógica da superação da deficiência, Modelo Social da Deficiência, e cultura capacitista. Como fio condutor para as discussões, foram utilizados trechos de filmes, documentários e outras produções artístico-culturais, nas quais havia o protagonismo das pessoas com deficiência. Nesse primeiro ciclo, foram realizados seis encontros com a participação de treze estudantes de cursos de graduação diversos da UFSC.

Para conduzir os diálogos em cada encontro, algumas questões disparadoras foram suscitadas: Por que a deficiência é vista como algo a ser superado? Como usar o corpo com deficiência e identificar suas capacidades? Deficiência pode ser um modo de vida? Por que a convivência amplia nossa perspectiva e visão sobre os corpos com deficiência? Como romper com o olhar espetaculoso e construir criticidade? De onde vem a ideia de excepcionalidade do corpo com deficiência? Com essa experiência, as(os) estudantes que faziam estágio traziam em suas falas pontos que o material de cada encontro suscitou, relacionando-os com sua atuação no estágio, com alguma situação vivenciada em sala de aula ou em outro contexto de seu convívio.

Nesses momentos dialógicos, emergiram problematizações e ideias sobre o que ocorre no cotidiano de atuação e o que poderia ser mudado, transformado. A implicação que ia se desenvolvendo em cada estudante sobre a temática era evidenciada no modo de elaboração das problematizações e em sua prática na atuação cotidiana junto às atividades, como é possível identificar em um depoimento escrito para o relatório de encerramento de *estágio*:

A experiência de atuar com a Acessibilidade Informacional foi sensacional. Além de dar continuidade às reflexões que havia iniciado em outro estágio, sobre a importância da acessibilidade no mundo e no ensino superior, também fui mergulhado no trabalho técnico, autoreflexivo, esforçado, pedagógico e de produção de um acervo acessível para pessoas com deficiência. Por sua vez, as reuniões coletivas do setor foram espaços de grande aperfeiçoamento de nossas atividades individuais e coletivas, como também de conhecimentos teórico-práticos essenciais para a luta anticapacitista. Sem dúvida saio do estágio transformado por esta experiência profissional, enriquecido por ter atuado em uma biblioteca, ainda que, infelizmente, em modelo remoto. Só tenho a agradecer pela oportunidade.

Por meio dessas experiências formativas, foi se desenvolvendo o exercício crítico, criando tensionamentos com as crenças e os mitos sobre a condição de deficiência, provenientes dos saberes capacitistas. Na abertura ao experimento, que partia do convívio com as diferenças de saberes e corporeidades, processos inventivos se desenvolveram, repercutindo em mudanças nas práticas da(o)s estudantes e também da(o)s profissionais envolvida(o)s. Esse giro mutacional¹⁰ ressoou no fortalecimento do movimento

10- Agradeço a cada estudante que realizou *estágio em acessibilidade* por sua disponibilidade, implicação nos fazeres, dando, por meio de suas singularidades, muitos dos tons e formas éticas e estéticas às ações institucionais anticapacitistas. Às (aos) pesquisadoras(res) e intelectuais



anticapacitista dentro da universidade com um elemento importante: o agenciamento entre as três categorias (técnica, docente e discente) pertencentes à comunidade acadêmica.

Considerações finais

Compartilhar este estudo é uma estratégia para dar continuidade ao movimento anticapacitista nas IES e expandir o diálogo acerca do *estágio em acessibilidade* para uma análise crítica aprofundada que possa trazer novas contribuições para essa modalidade prático-formativa.

As IES com seus propósitos junto à sociedade podem contribuir para o fortalecimento da cultura anticapacitista incorporando práticas acessíveis, como o *estágio em acessibilidade*, tanto com a participação das(os) estudantes nas atividades mencionadas nesse estudo quanto com a criação de novos modos de atuação envolvendo transversalmente as diferentes áreas do conhecimento.

Por fim, este texto pretende impulsionar a ideia de que todo projeto, todo trabalho, independentemente da área do conhecimento, prospera ao ser acessível; pois pensar a diversidade humana como potência amplia a reflexão sobre seu propósito, sua forma, dando possibilidade a criações não pensadas, uma vez que extrapolam os padrões normativos.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento orientador do Programa Incluir: acessibilidade à educação superior**. Brasília, DF: SECADI/SESu, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13292-doc-ori-progincl&category_slug=junho-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 30 dez. 2023.

CUNHA, Claudia Madruga. Cartografia e pesquisa rizoma: especulações e experimentações em arte educação. *In*: CUNHA, Claudia Madruga (org). **Cartografia: insurgências metodológicas e outras estéticas da pesquisa**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022. p. 23-51. Disponível em: https://www.pimentacultural.com/_files/ugd/9711c4_cb68217ca6fa43a7aaa12023aee8755f.pdf. Acesso em: 22 dez. 2023.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? *In*: DELEUZE, Gilles. **O mistério de Ariana**. Lisboa: Vega, 1996. p. 83-96. Disponível em: https://www.uc.pt/iii/ceis20/conceitos_dispositivos/programa/deleuze_dispositivo. Acesso em: 5 jan. 2024.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Primeiros passos).

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos VI: repensar a política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

KASTRUP, Virgínia. Aprendizagem, arte e invenção. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 6, n. 1, p. 17-27, jan./jun. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/NTNFsBzXts5GHp4Zk8sBbyF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2023.

Defiças/DEFs e às(aos) artistas pelo compartilhamento de saberes que impulsionam um pensamento disruptivo sobre as práticas pedagógicas que reverberam em experiências transformadoras.



LAPPONI, Estela. **Corpo intruso: uma investigação cênica, visual e conceitual**. São Paulo: Casa de Zuleika, 2023.

MACHADO, Regina. **A arte da palavra e da escuta**. São Paulo: Reviravolta, 2015.

MELLO, Anahi Guedes de. **Corpos (in)capazes: a crítica marxista da deficiência**. Jacobin Brasil, n. esp., p. 98-102, 2020. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2021/02/corpos-incapazes/>. Acesso em: 9 jan. 2024.

MELLO, Anahi Guedes de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 3265-3276, out. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/J959p5hgv5TYZgWbKvspRtF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2023.

MUCCINI, Patrícia; KLOPPEL, Jéssica Vilvert; ANDRADE, Suélen. Da produção de acervo à institucionalização do acesso: preceitos da acessibilidade informacional nas bibliotecas universitárias. *In*: GRANTS, Andréa Figueiredo Leão; BEM, Roberta Moraes de. (org.). **Na esteira das possibilidades: questões e reflexões na Biblioteca Universitária da UFSC**. v. 2. 1. ed. Florianópolis: BU/UFSC, 2023. p. 117-136. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/251701> Acesso em: 9 jan. 2024.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. *In*: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana (org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 17-31.

PEREIRA, Clarissa Agostini et al. Por uma BU acessível: experiências para implementação da acessibilidade em uma biblioteca universitária. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 16, p. 1-22, 2020. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1446>. Acesso em: 4 jan. 2024.

ROLNIK, Suely. Pensamento, corpo e devir: uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico. **Cadernos de Subjetividade PUC-SP**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 241-251, 1993.

ROSENTHAL, Dália. O ateliê Nossa Casa e a prática transdisciplinar para o ensino da arte: relato de experiências. *In*: CONGRESSO DA FEDERAÇÃO DE ARTE EDUCADORES DO BRASIL, 22., 2012, São Paulo. **Anais....** São Paulo: FAEB, 2012. p. 1-9. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/002684373.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2023.

UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. **Portaria nº 1522/2013/GR, de 08 de agosto de 2013**. Resolve criar a coordenadoria de acessibilidade educacional da pró-reitoria de graduação. Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: <https://notes.ufsc.br/aplic/portaria.nsf>. Acesso em: 6 jan. 2024.

UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. **Resolução Normativa nº 73/2016/CUn, de 7 de junho de 2016**. Regulamenta os estágios curriculares dos alunos dos cursos de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. Resolução normativa. Florianópolis: UFSC, 2016. Disponível em: http://portal.estagios.ufsc.br/files/2016/06/RN-73_CUn_2016.pdf. Acesso em: 30 dez. 2023.



Recebido em: 23.01.2024

Aprovado em: 15.04.2024

Editora responsável: Prof. Dra. Rosana Passos

Patrícia Muccini é servidora técnica no cargo de pedagoga da Universidade Federal de Santa Catarina, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e mestra em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina.